



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico de Controle Externo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Duas sociedades

Na formação histórica dos Estados Unidos, houve desde cedo uma presença constritora da lei, religiosa e civil, que plasmou os grupos e os indivíduos, delimitando os comportamentos graças à força punitiva do castigo exterior e do sentimento interior do pecado.

*Esse endurecimento do grupo e do indivíduo confere a ambos grande força de identidade e resistência, mas desumaniza as relações com os outros, sobretudo os indivíduos de outros grupos, que não pertençam à mesma lei e, portanto, podem ser manipulados ao bel-prazer. A alienação torna-se ao mesmo tempo marca de reprovação e castigo do réprobo; o duro modelo bíblico do povo eleito, justificando a sua brutalidade com os não eleitos, os **outros**, reaparece nessas comunidades de leitores cotidianos da Bíblia. Ordem e liberdade – isto é, policiamentos internos e externos, direito de arbítrio e de ação violenta sobre o estranho – são formulações desse estado de coisas.*

No Brasil, nunca os grupos ou os indivíduos encontraram efetivamente tais formas; nunca tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato, nem da liberdade senão como capricho. As formas espontâneas de sociabilidade atuaram com maior desaforo e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência.

As duas situações diversas se ligam ao mecanismo das respectivas sociedades: uma que, sob alegação de enganadora fraternidade, visava a criar e manter um grupo idealmente monorracial e monorreligioso; outra que incorpora de fato o pluralismo étnico e depois religioso à sua natureza mais íntima. Não querendo constituir um grupo homogêneo e, em consequência, não precisando defendê-lo asperamente, a sociedade brasileira se abriu com maior largueza à penetração de grupos dominados ou estranhos. E ganhou em flexibilidade o que perdeu em inteireza e coerência.

(Adaptado de Antonio Candido, *Dialética da malandragem*)

1. O critério utilizado pelo autor do texto para assinalar a principal distinção entre as **duas sociedades** diz respeito, fundamentalmente,

- (A) à ambição política das classes subalternas.
- (B) às formas de fanatismo religioso que as modelaram.
- (C) ao grau de tolerância no trato com as diferenças.
- (D) à homogeneidade que cada uma soube constituir.
- (E) ao projeto cultural alimentado por ambas.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *incorpora o pluralismo étnico* = institui a dissimulação racial.
- (B) *à sua natureza mais íntima* = à sua mais profunda inclinação.
- (C) *presença constritora da lei* = atuação subjacente dos códigos legais.
- (D) *castigo do réprobo* = estigma de quem reprova.
- (E) *enganadora fraternidade* = solidariedade reprimida.

3. A frase *E ganhou em flexibilidade o que perdeu em inteireza e coerência* deve ser compreendida como uma avaliação final do autor, para quem

- (A) a nossa sociedade é incoerente por ser tão áspera quanto flexível.
- (B) as duas sociedades se opõem por conta de seus projetos políticos.
- (C) a nossa sociedade é menos inteiriça e áspera que a dos EUA.
- (D) as duas sociedades se completam por causa de suas diferenças.
- (E) a sociedade dos EUA é menos conflitiva e mais coerente que a nossa.

4. Na frase *No Brasil, nunca os grupos ou indivíduos encontraram efetivamente tais formas*, o segmento sublinhado está-se referindo

- (A) ao modo pelo qual se apresentam os *não eleitos*, os *outros*.
- (B) às marcas do *maior desaforo* da nossa sociabilidade.
- (C) às *formas espontâneas de sociabilidade*.
- (D) às manifestações de *endurecimento do grupo e da sociedade*.
- (E) a *abrandamentos de choques entre a norma e a conduta*.

5. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 2º parágrafo, a desumanização das relações com os estranhos é dada como causa da rigidez na formação dos grupos sociais dos EUA.
- II. No 3º parágrafo, a menor dramaticidade dos conflitos de consciência, no Brasil, é atribuída a nossas formas espontâneas de sociabilidade.
- III. No 4º parágrafo, há referência ao caráter ilusório do tipo de fraternidade que se estabelece entre grupos e indivíduos brasileiros.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) I e II.



6. Resulta **inadequada e inaceitável** a inclusão de vírgulas no seguinte trecho do texto:
- (A) *No Brasil, nunca os grupos ou indivíduos encontraram, efetivamente, tais formas (...)* (3º parágrafo)
- (B) *(...) a sociedade brasileira se abriu, com maior largueza, à penetração de grupos dominados ou estranhos.* (4º parágrafo)
- (C) *Na formação histórica dos Estados Unidos, houve, desde cedo, uma presença constritora da lei (...)* (1º parágrafo)
- (D) *Esse endurecimento do grupo e do indivíduo, confere, a ambos, grande força de identidade e resistência (...)* (2º parágrafo)
- (E) *A alienação torna-se, ao mesmo tempo, marca de reprovação e castigo do réprobo (...)* (2º parágrafo)
-
7. (...) *nunca tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato*
Uma outra redação, igualmente clara e correta para a frase acima, será:
- (A) nunca se fixaram demais em alguma ordem, a despeito da abstração.
- (B) jamais se permitiram o excesso de ordem, tendo em vista sua abstração.
- (C) jamais ambicionaram diferente ordem, a não ser enquanto abstração.
- (D) em tempo algum obsedaram-se por tal ordem, haja vista a abstração.
- (E) jamais se deixaram obcecar pela ordem, vista apenas como abstração.
-
8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Vejam-se que os intentos de formação de uma sociedade monorracial redundam em sentimento de intolerância com a diversidade étnica.
- (B) Devem-se à rigidez da formação histórica dos Estados Unidos os conflitos dramáticos de consciência dos indivíduos.
- (C) Nos Estados Unidos, conferem-se aos grupos e aos indivíduos o intolerável arbítrio das discriminações sociais.
- (D) Corresponde ao duro modelo bíblico do povo eleito as brutalidades com que são tratados os estranhos.
- (E) Não se permitem juízos e comportamentos mais flexíveis quem se formou na mais rigorosa ordem legal e religiosa.
-
9. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Não há dúvida de que, a despeito de nossas mazelas sociais, a sociedade brasileira se apresenta mais pluralista que a dos Estados Unidos.
- (B) Implacável, a lei religiosa e a lei civil exercem, simultaneamente, um imponderável poder de arbítrio junto aos não eleitos americanos.
- (C) O fato de as duas sociedades serem tão diferentes não implica de que sejam mais ou menos justas entre si.
- (D) Sugere-se no texto que a adoção do povo eleito, segundo a Bíblia, faz com que a sociedade dos EUA distile certa má vontade contra outros povos.
- (E) Por ter sido plasmado em meio ao castigo exterior e à punição íntima do pecado, os Estados Unidos adquiriram muito pouca elasticidade social.
-
10. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) A formação histórica dos Estados Unidos, de cujo endurecimento é sabido de todos, deu-se em consonância com leis duras, de cujas nos livramos.
- (B) Há formas espontâneas de convívio, nas quais somos um exemplo, assim como há formas rígidas, por onde os Estados Unidos se notabilizam.
- (C) São desumanas as relações onde existem preconceitos, assim como são odiosas aquelas em cujo processo é movido por falso moralismo.
- (D) Nas sociedades mais inflexíveis, das quais o autor não deixa de criticar, os estranhos são vistos como indesejáveis, os quais cabe desprezar.
- (E) A flexibilidade com que nos comportamos talvez compense a inteireza e a coerência de que somos carentes.
-
- Direito Constitucional**
11. Na ação declaratória de constitucionalidade, é certo que
- (A) sua decisão de mérito será dotada de eficácia *erga omnes*, ou seja contra todos, porém com efeito *ex nunc*, apenas a partir da declaração, vedados os efeitos retroativos, e força vinculante restrita aos órgãos do Poder Judiciário.
- (B) é obrigatória a atuação do Procurador-Geral da República, emitindo parecer com plena autonomia, entretanto, não há obrigatoriedade de citação do Advogado-Geral da União.
- (C) seu objeto é dotado de maior amplitude, uma vez que poderão ser impugnados leis ou atos normativos de qualquer natureza, ou seja, federais, estaduais e municipais, além dos atos expedidos pelo Distrito Federal quando de sua competência estadual.
- (D) não cabe o deferimento de medida cautelar, visto a ausência de seus requisitos e pelo fato de que, se fosse concedida, implicaria forçosamente na suspensão da vigência da norma.
- (E) deverá ser proposta em tempo determinado, dependendo da situação enfocada, já que está sujeita a prazos de decadência ou prescrição, sendo que uma vez proposta, é possível a desistência.
-
12. No que diz respeito à interpretação das normas constitucionais, observa-se, entre outros métodos, aquele que dá relevância ao fato de não haver identidade entre norma jurídica e texto normativo. A norma constitucional abrange um "pedaço da realidade social"; ela é conformada não só pela atividade legislativa, mas também pela jurisdicional e pela administrativa. Assim, o intérprete deve identificar o conteúdo da norma constitucional mediante a análise de sua concretização normativa em todos os níveis. Esse método de interpretação denomina-se
- (A) normativo-estruturante.
- (B) científico-sociológico.
- (C) hermenêutico-clássico.
- (D) tópico-problemático.
- (E) hermenêutico-concretizador.



13. Na proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante é INCORRETO afirmar que
- (A) o Procurador-Geral da República, não sendo o formulador da proposta, manifestar-se-á previamente, ficando dispensada sua manifestação ulterior na provocação que ele próprio houver formulado.
 - (B) sendo a hipótese de se tratar de matéria controversa, mas de reduzida relevância ou concernente a uns poucos casos concretos, a proposta não terá cabimento.
 - (C) a matéria tratada deve ser objeto de controvérsia constitucional sempre atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública.
 - (D) o Município poderá provocá-la diretamente ao Supremo Tribunal Federal, sendo incabível sua provocação incidental no curso do processo em que seja parte.
 - (E) o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
14. Dentre outras, são competências privativas da União a edição de leis sobre
- (A) direito econômico e juntas comerciais.
 - (B) defesa do solo e consumo.
 - (C) propaganda comercial e navegação lacustre.
 - (D) orçamento e assistência jurídica.
 - (E) produção e proteção à saúde.
15. Considere:
- I. É certo que o poder constituinte derivado é essencialmente político, enquanto o poder constituinte originário é especialmente jurídico.
 - II. O poder constituinte originário é também um poder permanente, pois não se esgota no momento de seu exercício. Mesmo depois de elaborada a nova Constituição, esse poder permanece em estado de latência, na titularidade do povo.
 - III. Dentre as limitações que podem ser impostas pelo poder constituinte originário à atuação do poder constituinte derivado, encontram-se as de natureza circunstancial.
 - IV. O procedimento de reforma vem previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, enquanto que o de revisão vem disciplinado na Constituição Federal, em seu processo legislativo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e III.
16. No que se refere à repartição das receitas tributárias, é certo que pertence
- (A) aos Estados cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda de qualquer natureza, incidente na fonte sobre os rendimentos pagos.
 - (B) ao Distrito Federal quinze por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre produtos industrializados, independentemente dos fins de exportação.
 - (C) aos Estados, vinte por cento do produto da arrecadação do imposto da União de natureza residual, instituído no exercício da competência que lhe é atribuída pela Constituição Federal.
 - (D) aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade dos veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (E) aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
17. No que diz respeito aos orçamentos, NÃO são vedadas, entre outras situações ou procedimentos,
- (A) a instituição de fundos de qualquer natureza com prévia autorização legislativa.
 - (B) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos adicionais.
 - (C) a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra sem prévia autorização legislativa.
 - (D) a iniciação de projetos não incluídos na lei orçamentária anual e a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
 - (E) a abertura de crédito especial sem autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
18. Em relação ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas do Estado do Pará, é certo que
- (A) seus integrantes poderão exercer, em razão de suas peculiaridades, outras funções que lhes forem conferidas, inclusive a de representação judicial, a de consultoria de entidades públicas e a de controle externo de atividades administrativas.
 - (B) seus membros podem participar de sociedades comerciais, na forma da lei, mas não poderão exercer, ainda que em disponibilidade, outras funções públicas, salvo duas de magistério ou de capacitação.
 - (C) é uma instituição integrante do Ministério Público estadual, tendo em vista a aplicabilidade das disposições pertinentes a direitos, vedações e formas de investidura aos membros dos Ministério Público em geral.
 - (D) seus membros gozam das garantias constitucionais da vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos, salvo a da inamovibilidade, uma vez que exercem suas funções em um único local, o que não ocorre com os integrantes do Ministério Público estadual.
 - (E) integra esta Corte de Contas, e não o Ministério Público estadual, sendo que sua organização será por meio de lei ordinária, perante a Assembleia Legislativa e de iniciativa privativa desse Tribunal de Contas.



<p>19. Dentre outras hipóteses, aos Municípios é constitucionalmente vedada a competência para</p> <p>(A) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.</p> <p>(B) instituir e arrecadar os tributos de natureza estadual ou federal, bem como aplicar tais rendas, na promoção e na proteção do patrimônio histórico-cultural local.</p> <p>(C) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.</p> <p>(D) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.</p> <p>(E) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.</p>	<p>22. Sobre os contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, vedada a contratação de terceiros ainda que para assisti-lo ou auxiliá-lo.</p> <p>(B) Nas hipóteses de rescisão unilateral do contrato por razões de interesse público ou pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, a Administração fica obrigada a ressarcir o contratado dos prejuízos comprovados dela decorrentes.</p> <p>(C) Dada a supremacia do interesse público, que vigora no contrato administrativo, este pode conter, dentre outras, cláusulas de exigência de garantia da execução e de alteração ou rescisão unilateral a favor do contratante.</p> <p>(D) Os contratos para os quais a lei exige licitação são, em regra, firmados <i>intuitu personae</i>, isto é, em razão das condições pessoais do contratado, apuradas no procedimento da licitação.</p> <p>(E) Uma das peculiaridades do contrato administrativo é a presença de cláusulas exorbitantes.</p>
<p>20. De acordo com a Constituição do Estado de Pará, o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete, além de outras atribuições:</p> <p>(A) julgar as contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração indireta, excluídas as fundações e sociedades, ainda que instituídas ou mantidas pelo Poder Público, ressalvada a administração direta, de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.</p> <p>(B) realizar, exclusivamente por ordem da Assembleia Legislativa, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo, exceptuado o Poder Judiciário.</p> <p>(C) apreciar as contas prestadas trimestralmente pelo Governador e dirigentes municipais, mediante auditoria prévia, que deverá ser concluída em até noventa dias a contar do seu envio.</p> <p>(D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.</p> <p>(E) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta, excluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, salvo quanto as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias.</p>	<p>23. Nos termos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), é dispensável a licitação para a</p> <p>(A) contratação de serviços técnicos profissionais, como: pareceres, perícias e avaliações; fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.</p> <p>(B) contratação de serviços de profissional especializado para patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.</p> <p>(C) aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.</p> <p>(D) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.</p> <p>(E) aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>21. Sobre o controle administrativo da Administração Pública é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.</p> <p>(B) o direito de petição é uma forma de controle administrativo.</p> <p>(C) o recurso hierárquico impróprio é o recurso dirigido a autoridade de outro órgão não integrado na mesma hierarquia daquele que proferiu o ato recorrido.</p> <p>(D) a expressão coisa julgada administrativa significa que a decisão tornou-se irretroatável pela própria Administração, não impedindo que seja apreciada pelo Poder Judiciário se causar lesão ou ameaça de lesão.</p> <p>(E) os recursos administrativos podem ter efeito suspensivo ou devolutivo, sendo que ambos são independentes de previsão legal.</p>	<p>24. Sobre os bens públicos, considere:</p> <p>I. Quanto à destinação, os bens públicos classificam-se em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais ou dominiais.</p> <p>II. Os bens dominicais ou dominiais são aqueles que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.</p> <p>III. Bens de uso comum do povo são aqueles destinados à utilização geral pelos indivíduos e que podem ser utilizados em igualdade de condições.</p> <p>IV. Os bens dominicais ou dominiais são bens disponíveis, isto é, podem ser alienados, porque não se destinam ao público em geral nem são utilizados para a prestação de serviços públicos.</p> <p>V. Os bens públicos afetados, mesmo que sofrerem desafetação, jamais podem ser alienados.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, III e V.</p> <p>(B) IV e V.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) III e V.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>



25. De conformidade com o que dispõe a Lei nº 11.107/2005, os consórcios públicos
- (A) não poderão, em qualquer hipótese, outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos.
 - (B) na área de saúde não precisam obedecer as diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.
 - (C) podem, nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público.
 - (D) não podem firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo, mesmo que seja para cumprimento de seus objetivos.
 - (E) não podem ser contratados sem licitação pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados.
-
26. Sobre a parceria público-privada prevista na Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que
- (A) é permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra e o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
 - (B) dentre as diretrizes a serem observadas na contratação de parceria público-privada, nada consta sobre responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias.
 - (C) concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, salvo se envolver execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
 - (D) parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
 - (E) é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
-
27. De acordo com a Lei de Licitações, a utilização da modalidade convite ou tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços ou concorrência, respectivamente, é
- (A) permitida apenas se demonstrada a impossibilidade de realização da licitação cabível.
 - (B) vedada, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.
 - (C) sempre permitida, ficando ao alvedrio da autoridade competente optar entre a licitação mais abrangente e o fracionamento.
 - (D) absolutamente vedada, não se admitindo nenhuma exceção.
 - (E) permitida em qualquer hipótese, desde que devidamente justificada.
-
28. No procedimento do pregão presencial, disciplinado na Lei nº 10.520/2002,
- (A) a autoridade competente designará, dentre os servidores não pertencentes ao órgão ou à entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio.
 - (B) as atribuições do pregoeiro e equipe de apoio, incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, vedada a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
 - (C) a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, vedada a utilização de meios eletrônicos.
 - (D) o prazo fixado para a apresentação das propostas e para a análise de sua aceitabilidade, contado a partir da publicação do aviso, não será superior a 10 dias úteis.
 - (E) os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.
-
29. Sobre os princípios do processo administrativo, considere:
- I. Princípio que assegura a possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do administrado.
 - II. Princípio que garante ao administrado que se sentir lesado com a decisão administrativa propor recursos hierárquicos até chegar à autoridade máxima da organização administrativa.
 - III. Princípio segundo o qual muitas das infrações administrativas não são descritas com precisão na lei.
- Esses conceitos referem-se, respectivamente, aos princípios da
- (A) oficialidade, da economia processual e da ampla defesa.
 - (B) oficialidade, da pluralidade de instâncias e da atipicidade.
 - (C) economia processual, da pluralidade das instâncias e da oficialidade.
 - (D) publicidade, da ampla defesa e da oficialidade.
 - (E) ampla defesa, da oficialidade e da pluralidade das instâncias.



<p>30. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito</p> <p>(A) propor ação judicial para indisponibilidade dos bens do indiciado.</p> <p>(B) decretar, administrativamente, a indisponibilidade dos bens do indiciado.</p> <p>(C) representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.</p> <p>(D) aguardar a conclusão do inquérito e a propositura da competente ação de improbidade administrativa para pedir a indisponibilidade dos bens do indiciado.</p> <p>(E) representar ao superior hierárquico do indiciado para tornar indisponíveis os bens deste.</p>	<p>34. Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos citados no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou</p> <p>(A) 75% do limite.</p> <p>(B) 80% do limite.</p> <p>(C) 90% do limite.</p> <p>(D) 95% do limite.</p> <p>(E) 190% do limite.</p>
<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">Controle Externo</p> <p>31. A permissão que a Administração Pública possui para, por meio do Controle Interno, rever seus próprios atos quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes, decorre do Poder</p> <p>(A) regulamentar.</p> <p>(B) discricionário.</p> <p>(C) de revisão.</p> <p>(D) de polícia.</p> <p>(E) de autotutela.</p>	<p>35. O cumprimento das normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal será fiscalizado pelo Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, com ênfase no que se refere a</p> <p>(A) limites e condições para realização de investimentos e inversões financeiras.</p> <p>(B) providências tomadas para recondução do montante das dívidas flutuante aos respectivos limites.</p> <p>(C) atingimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual.</p> <p>(D) cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.</p> <p>(E) atingimento das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.</p>
<p>32. Compete</p> <p>I. ao Tribunal de Contas da União representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.</p> <p>II. ao Congresso Nacional fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.</p> <p>III. ao Congresso Nacional aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II.</p>	<p>36. Dentre as finalidades do Sistema de Controle Interno definidas na Constituição Federal, figura a de</p> <p>(A) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio ao Distrito Federal ou a Município.</p> <p>(B) receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.</p> <p>(C) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.</p> <p>(D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.</p> <p>(E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.</p>
<p>33. O Controle da Administração Pública que verifica a harmonia entre os objetivos pretendidos e o resultado do ato denomina-se</p> <p>(A) da prudência.</p> <p>(B) discricionário.</p> <p>(C) de mérito.</p> <p>(D) da legalidade.</p> <p>(E) da finalidade.</p>	<p>37. O prazo fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal para os Tribunais de Contas emitirem parecer prévio conclusivo sobre as contas, se outro não estiver previsto nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais, é de</p> <p>(A) 45 dias do encerramento do exercício.</p> <p>(B) 45 dias do recebimento.</p> <p>(C) 90 dias do encerramento do exercício.</p> <p>(D) 60 dias do recebimento.</p> <p>(E) 60 dias do encerramento do exercício.</p>



38. Compete ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, conforme estabelecido em sua Lei Orgânica, apreciar os balancetes e documentos remetidos pelo Prefeito, no curso do exercício financeiro, bem como emitir parecer prévio sobre as contas anuais, no prazo improrrogável de

- (A) 1 ano.
- (B) 6 meses.
- (C) 3 meses.
- (D) 45 dias.
- (E) 30 dias.

39. De acordo com a Lei Orgânica, no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de Tomada de Contas, o Tribunal de Contas dos Municípios poderá julgar as contas

- (A) irregulares.
- (B) parcialmente irregulares.
- (C) parcialmente regulares.
- (D) regulares com ressalva.
- (E) iliquidáveis.

40. Considere:

- I. Os Conselheiros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que possuam, entre outros requisitos, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- II. As decisões do Tribunal das quais resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
- III. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) II.

Direito Financeiro

41. A Constituição Federal, ao dispor sobre finanças públicas, determina que as matérias de finanças públicas, exercício financeiro, dívida pública e fiscalização financeira são veiculadas por

- (A) decreto legislativo.
- (B) emenda constitucional.
- (C) lei complementar.
- (D) lei delegada.
- (E) lei ordinária.

42. O controle externo das contas dos municípios é realizado

- (A) pelo Tribunal de Contas da União.
- (B) pela Câmara Municipal.
- (C) pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (D) pelo Tribunal de Contas do município.
- (E) pela Assembleia Legislativa do Estado.

43. Considerando a disciplina constitucional dos precatórios

- I. os créditos decorrentes de obrigações definidas em lei como de pequeno valor e devidos em razão de sentença judicial transitada em julgado não se submetem ao regime de precatório.
- II. com a apresentação do precatório até 1º de agosto o pagamento far-se-á até o último dia do exercício seguinte àquele em que foi inserido.
- III. os créditos de natureza alimentícia estão dispensados do pagamento por meio de precatórios.
- IV. é vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago.
- V. é permitido o fracionamento do valor da execução para que seu pagamento se faça parte como crédito de pequeno valor e parte na forma de precatório.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) III e V.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

44. Sobre orçamento, é correto afirmar que

- (A) o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia é objeto do plano plurianual.
- (B) as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente são objeto do plano plurianual.
- (C) a orientação da elaboração da lei orçamentária anual é objeto da lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada são previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) o objeto do plano plurianual vem definido na Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



<p>45. A despesa obrigatória de caráter continuado</p> <p>(A) pode derivar de medida provisória que fixe para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios financeiros.</p> <p>(B) aplica-se apenas nas hipóteses de criação de despesa, não valendo para os casos de aumento de despesa.</p> <p>(C) fixa obrigação de caráter permanente, como, por exemplo, amortização da dívida pública.</p> <p>(D) classifica-se como despesa de capital na modalidade transferência de capital.</p> <p>(E) independe, em qualquer caso, de análise sobre as metas de resultados fiscais previstos no Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p>	<p>48. Para o pagamento da despesa relativa à conclusão de um serviço contratado pelo Poder Público municipal deve-se observar:</p> <p>(A) primeiro, a ordem de pagamento, que é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga e, por fim, o empenho seguido da liquidação, que é o pagamento propriamente dito.</p> <p>(B) a inclusão da despesa no orçamento até primeiro de julho do exercício em que ocorreu e, após inclusão na lei orçamentária, deverá ser reservada a dotação orçamentária específica por empenho.</p> <p>(C) o imediato pagamento, por se tratar de serviço contratado de forma direta pelo Município.</p> <p>(D) primeiro, o empenho e, em seguida, a liquidação, que deverá ter por base o contrato, ajuste ou acordo respectivo, a nota de empenho e os comprovantes da prestação efetiva do serviço.</p> <p>(E) primeiro a liquidação, que é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente e, por conseguinte, o empenho, com a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar.</p>
<p>46. Sobre despesas com pessoal é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) não são computadas nos limites as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.</p> <p>(B) haverá no Poder ou órgão a vedação de criação de cargo, emprego ou função, no caso de exceder a 95% do limite.</p> <p>(C) tem como limites para a União 60% da receita corrente líquida e para Estados, Distrito Federal e Municípios 50% da receita corrente líquida.</p> <p>(D) a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês de referência com as dos onze meses imediatamente anteriores.</p> <p>(E) os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos são contabilizados como "outras despesas de pessoal".</p>	<p>49. Sobre o controle interno das contas públicas disciplinado na Lei nº 4.320/64, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a legalidade do ato de que resulta de arrecadação ou realização de despesa, dentre outros, será objeto de controle interno.</p> <p>(B) a Constituição Federal de 1988 não recepcionou nenhuma das normas relativas o controle interno disciplinadas na Lei nº 4.320/64.</p> <p>(C) a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual é objeto de controle interno dos Poderes, de forma integrada.</p> <p>(D) o controle concomitante é realizado por meio de relatórios periódicos como, por exemplo, relatório de gestão fiscal.</p> <p>(E) o controle subsequente é realizado quando concluído o projeto ou no término do exercício financeiro, por meio de prestação de contas.</p>
<p>47. Sobre o crédito por antecipação de receita, é correto afirmar:</p> <p>(A) Pode e deve ser realizada no último ano de mandato do Chefe do Executivo, para se evitar restos a pagar para o exercício seguinte.</p> <p>(B) Pode ser realizada até um limite de duas operações simultâneas da mesma natureza, ambas pendentes de pagamento.</p> <p>(C) Classifica-se como dívida pública consolidada, na medida em que o seu pagamento pode acontecer em prazo superior ao exercício financeiro em que foi contraída.</p> <p>(D) É espécie de dívida pública flutuante, devendo ser paga no mesmo exercício financeiro em que ocorreu o empréstimo, já que tem por finalidade suprir eventual e momentânea insuficiência de caixa.</p> <p>(E) Realizar-se-á a partir do primeiro dia do exercício financeiro e deve ser liquidada até o último dia do mesmo exercício financeiro.</p>	<p>50. Ao término de um exercício financeiro, uma despesa referente à conta de energia elétrica da Prefeitura no mês de dezembro, que tenha dotação orçamentária específica com saldo suficiente para atendê-la, já empenhada mas ainda não processada, deverá</p> <p>(A) integrar os serviços de dívida a pagar e ser paga com crédito adicional extraordinário.</p> <p>(B) ser anulada no exercício e realizado estorno do empenho, passando a integrar as despesas do novo exercício integrando a dotação específica de "outras despesas correntes".</p> <p>(C) ser suspensa e só poderá ser paga se, no novo exercício financeiro, tiver dotação orçamentária específica.</p> <p>(D) ser considerada dívida pública fundada e, por conseguinte, ser paga por crédito adicional suplementar.</p> <p>(E) ser considerada nos Restos a Pagar não processados e ser paga à conta de dotação específica consignada no orçamento como "despesas anteriores", atendidos os requisitos da legislação pertinente.</p>

**Direto Municipal**

51. Quanto à repartição de receita tributária, é correto afirmar que, dentre outras receitas, pertencem aos Municípios,
- (A) quarenta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial urbana, relativamente aos imóveis produtivos neles situados e quinze por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de correios.
 - (B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (C) dezessete e meio por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade de veículos automotores licenciados e trinta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial urbana ou rural, relativamente aos imóveis neles situados.
 - (D) vinte e sete e meio por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e trinta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
 - (E) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados e dezessete e meio por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de energia elétrica.
52. Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, é INCORRETO afirmar:
- (A) O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.
 - (B) É vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.
 - (C) Os contratos de operação de crédito externo deverão sempre conter cláusula que importe a compensação automática de débitos e créditos, limitada ao exercício da sua constituição, ainda que sem previsão orçamentária.
 - (D) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
 - (E) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

53. Em relação ao Decreto Lei nº 201/67, que define a Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, considere:

- I. Constitui crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, após autorização da Câmara dos Vereadores, dentre outros, apropriar-se de bens ou rendas públicas, em proveito alheio.
- II. A condenação, ainda que recorrível, em qualquer dos crimes definidos na Lei, acarreta a inabilitação, pelo prazo de oito anos, para o exercício de função pública.
- III. O Vice-Prefeito, ou quem vier a substituir o Prefeito, fica sujeito ao mesmo processo do substituído, ainda que tenha cessado a substituição.
- IV. Os órgãos federais, estaduais ou municipais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito, podem intervir, em qualquer fase do processo, como assistentes da acusação.
- V. Configura infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato, dentre outras, impedir o funcionamento regular da Câmara.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) I e IV.

54. Em relação à eletividade do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos vereadores é INCORRETO afirmar:

- (A) Na eleição para Vereador prevalece o sistema partidário e, por isso, os lugares nas Câmaras não são repartidos entre os candidatos individualmente, mas entre os partidos em disputa que alcancem o quociente eleitoral.
- (B) As leis orgânicas estabelecem que os vereadores tomem posse perante o Juiz de Direito e o Prefeito e o Vice-Prefeito perante a Câmara Municipal.
- (C) A Constituição Federal de 1988 extinguiu totalmente a nomeação de prefeito em qualquer Município.
- (D) Para a eleição de Prefeito e do Vice-Prefeito prevalece o princípio proporcional, que estabelece ser vencedor o candidato que obtiver a maioria dos votos, computados os em branco e excluídos os nulos.
- (E) A capacidade de auto-organização representa a permissão constitucional de o Município elaborar sua própria lei orgânica.



<p>55. O subsídio dos vereadores deve ser fixado por</p> <p>(A) lei específica de iniciativa da Câmara Municipal, sem distinção de índice relativamente a remuneração dos servidores públicos em geral.</p> <p>(B) resolução conjunta das lideranças partidárias, ratificada pela Mesa Diretora, observado o índice de reajuste do Poder Executivo.</p> <p>(C) lei complementar de iniciativa do Prefeito Municipal, assegurada a revisão anual e índice do Legislativo Federal.</p> <p>(D) decreto da Mesa Diretora, assegurada a revisão bienal, sempre na mesma data e índice do Executivo Municipal.</p> <p>(E) decreto legislativo da Comissão de Orçamento e Finanças, observados os índices estabelecidos pelo Poder Judiciário.</p>	<p>58. Em relação aos preços públicos, é correto que a</p> <p>(A) tarifa presta-se a remunerar o custeio dos serviços que se destinam a atender a exigências específicas da coletividade em caráter compulsório, independentemente de solicitação dos usuários.</p> <p>(B) taxa é o preço público que a administração fixa, prévia e unilateralmente, por ato do Executivo, podendo ser estabelecida ou alterada por decreto.</p> <p>(C) isenção de tarifa só pode ser estabelecida em lei da entidade estatal que realiza ou delega o serviço.</p> <p>(D) taxa pode ser instituída ou aumentada a qualquer época do ano, em meio do exercício financeiro.</p> <p>(E) taxa é adequada a remunerar os serviços que visam dar comodidade aos usuários ou a satisfazê-los em suas necessidades pessoais, facultativamente onerando aqueles que efetivamente os utilizem.</p>
<p>56. A incorporação de uma área pública isoladamente inconstruível ao terreno particular confinante que ficou afastado do novo alinhamento em razão de alteração do traçado urbano é chamada de</p> <p>(A) concessão de domínio.</p> <p>(B) enfiteuse.</p> <p>(C) permuta.</p> <p>(D) investidura.</p> <p>(E) dação em pagamento.</p>	<p>59. No âmbito do Poder de Polícia do Município é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a polícia administrativa incide sobre os bens, direitos e atividades da população do território.</p> <p>(B) é permitida, como prevenção e sanção, a imposição de taxas, quando no exercício do poder de polícia delegado.</p> <p>(C) destacam-se a discricionariedade e a autoexecutoriedade dentre os seus atributos.</p> <p>(D) é uma faculdade à disposição da Administração Pública para condicionar ou restringir direitos, em benefício da coletividade.</p> <p>(E) uma das razões da sua existência é a necessidade de proteção do interesse social.</p>
<p>57. Quanto ao processo legislativo atribuído às Câmaras de Vereadores, é correto afirmar:</p> <p>(A) Na apreciação do veto é permitido à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara modificar o texto vetado, quando apresentadas sugestões do Executivo a projeto de sua iniciativa, seguindo-se novamente para promulgação.</p> <p>(B) À Justiça não compete declarar a nulidade de atos legislativos, ainda que em desrespeito às normas constitucionais, diante do princípio da autonomia do poderes, que pressupõe a autotutela da Câmara sobre seus atos.</p> <p>(C) A Constituição Federal vedou a sanção tácita do Prefeito Municipal à proposição que lhe for enviada pela Câmara, admitindo-se apenas a sanção expressa a projeto de lei.</p> <p>(D) Caberá à Mesa Diretora, por maioria simples, rejeitar veto a projeto de lei se considerar inaceitáveis os motivos do Prefeito.</p> <p>(E) A iniciativa reservada ou privativa assegura o privilégio do projeto de lei a seu titular, possibilita-lhe a retirada a qualquer momento antes da votação e limita qualitativa e quantitativamente o poder de emenda.</p>	<p>60. Em relação às atribuições e prerrogativas do Prefeito Municipal, considere:</p> <p>I. A cobrança da dívida ativa e passiva do Município deve ser promovida pelo Chefe do Executivo, mediante autorização especial da Câmara.</p> <p>II. O prefeito tem o dever de prestar contas de sua gestão financeira orçamentária anual à Câmara, e de relatar sua administração ao final de cada exercício e ao final do seu mandato.</p> <p>III. A aplicação de verba pública específica em finalidade diversa da indicada no orçamento, desde que justificada, independe de nova autorização da Câmara.</p> <p>IV. A representação do Município pelo Prefeito abrange os aspectos judicial e extrajudicial, bem como o administrativo e social.</p> <p>V. Dentro da competência do Município, o Prefeito pode requisitar a força policial necessária para assegurar a prática dos atos de sua administração.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) III, IV e V.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) I e III.</p>

**Auditoria**

61. Os testes que têm por objetivo a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade são denominados testes

- (A) contingenciais.
- (B) substantivos.
- (C) amostrais aleatórios.
- (D) de materialidade.
- (E) de observância.

62. Em relação a fraudes e erros, é correto afirmar:

- (A) Um exemplo de estrutura adequada de organização da entidade visando a prevenir fraudes e erros é a existência de uma alta rotatividade do pessoal-chave das áreas financeira, contábil e de auditoria interna.
- (B) Caso se descubra posteriormente que, durante o período coberto pelo parecer do auditor, exista distorção relevante não refletida ou não corrigida nas demonstrações contábeis, resultante de fraude e/ou erro, este fato indica cabalmente que o auditor não cumpriu as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.
- (C) Ao detectar fraudes e erros, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.
- (D) Fraude refere-se a ato não intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis.
- (E) O auditor pode ser responsabilizado pela prevenção de fraudes ou erros pela direção da entidade auditada.

63. De acordo com as normas brasileiras de contabilidade, em relação aos papéis de trabalho da auditoria independente das demonstrações contábeis, é correto afirmar:

- (A) Os papéis de trabalho do auditor independente, quando solicitados por terceiros, somente podem ser disponibilizados após autorização formal da entidade auditada.
- (B) O auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de três anos, a partir da data de emissão do seu parecer.
- (C) As normas brasileiras de contabilidade desencorajam a utilização de papéis de trabalho padronizados.
- (D) O auditor não pode usar para fundamentar seus trabalhos quaisquer documentos e demonstrações preparados ou fornecidos pela entidade, independentemente de sua forma, conteúdo e consistência.
- (E) As informações sobre a estrutura organizacional e legal da entidade, bem como sobre o ambiente de negócios em que ela opera, não devem constar de papéis de trabalho do auditor, já que são informações de ordem confidencial.

64. Em relação à relevância na auditoria externa das demonstrações contábeis, é correto afirmar que:

- (A) A relevância independe da representatividade quantitativa ou qualitativa do item ou da distorção em relação às demonstrações contábeis como um todo ou à informação sob análise.
- (B) Uma informação é irrelevante se sua omissão ou distorção puder influenciar a decisão dos usuários dessa informação no contexto das demonstrações contábeis.
- (C) A determinação quantitativa do nível de relevância é uma questão de julgamento da gerência da entidade auditada, a qual deve comunicá-la previamente ao profissional encarregado de efetuar a auditoria externa das demonstrações contábeis.
- (D) Existe uma relação direta entre o risco de auditoria e o nível estabelecido de relevância; isto é, quanto maior for o risco de auditoria, maior será o valor estabelecido como nível de relevância, e vice-versa.
- (E) A avaliação da relevância e dos riscos de auditoria, por parte do auditor independente, pode diferir entre o planejamento da auditoria e a avaliação dos resultados da aplicação dos procedimentos de auditoria.

65. Considere as seguintes afirmações, relativas a transações e eventos subsequentes à conclusão dos trabalhos de auditoria:

- I. O auditor deve considerar em seu parecer os efeitos decorrentes de transações e eventos subsequentes relevantes ao exame das Demonstrações Contábeis, mencionando-os como ressalva ou em parágrafo de ênfase, quando não ajustados ou revelados adequadamente.
- II. O auditor é responsável pela execução de procedimentos ou indagações sobre as Demonstrações Contábeis após a data do seu Parecer.
- III. Após a divulgação das Demonstrações Contábeis, o auditor tem responsabilidade de fazer indagações sobre transações e eventos subsequentes que possam alterar de maneira relevante o conteúdo de seu Parecer.
- IV. Quando a administração alterar as Demonstrações Contábeis, após a data da emissão do Parecer, o auditor deve executar os procedimentos necessários nas circunstâncias e fornecer a ela novo parecer sobre as Demonstrações Contábeis ajustadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.



66. A auditoria operacional no setor público
- (A) inclui a emissão de opinião, com vistas a certificar a regularidade das contas, a verificação da execução de contratos e a probidade na administração de valores ou outros bens públicos entregues à entidade auditada.
 - (B) compreende o exame dos registros e documentos contábeis para verificar se os fatos contábeis foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.
 - (C) tem por objetivo avaliar as ações gerenciais com a finalidade de emissão de uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade.
 - (D) compreende o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, para atender determinação expressa e exclusiva de autoridade competente.
 - (E) é realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade governamental.
-
67. Na auditoria do setor público é importante que os elementos do ativo sejam avaliados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Em 21/11/2008, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, na qual são estabelecidos os critérios para a avaliação ou mensuração de ativos e passivos do setor público. De acordo com essa norma,
- (A) se o valor de aquisição, de produção ou de construção dos estoques for inferior ao valor de mercado, deve ser adotado o valor de mercado.
 - (B) as participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados, em cuja administração se tenha influência significativa, devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método do custo de aquisição.
 - (C) os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado jamais devem ser incorporados ao valor desse ativo, mesmo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.
 - (D) as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data em que o ativo ficou disponível para a entidade.
 - (E) os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixados são ajustados ao valor presente.
-
68. Em relação à supervisão e ao controle de qualidade da auditoria independente, considere:
- I. O auditor independente deve evitar o rodízio do pessoal responsável pela execução dos serviços na entidade auditada, uma vez que a permanência do pessoal gera ganhos no trabalho a ser executado devido à experiência acumulada pela equipe.
 - II. Os auditores independentes – empresas ou profissionais autônomos – devem implantar e manter regras e procedimentos de supervisão e controle interno de qualidade, que garantam a qualidade dos serviços executados.
 - III. As regras e os procedimentos devem ser colocados à disposição do Conselho Federal de Contabilidade para fins de acompanhamento e fiscalização, bem como dos organismos reguladores de atividades do mercado, com vistas ao seu conhecimento e acompanhamento, e dos próprios clientes, como afirmação de transparência.
 - IV. Para os clientes que envolvam maiores riscos, o auditor deve indicar apenas um responsável técnico quando da aceitação ou da retenção dos mesmos, da revisão do planejamento, da discussão dos assuntos críticos durante a fase de execução dos trabalhos e quando do seu encerramento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.
-
69. A técnica que consiste em dividir uma população em subpopulações, cada qual contendo um grupo de unidades de amostragem com características homogêneas ou similares, é denominada amostragem
- (A) randômica.
 - (B) estratificada.
 - (C) não estatística.
 - (D) por julgamento.
 - (E) não aleatória.
-
70. Um dos deveres do auditor independente é avaliar as estimativas relativas à provisão para contingências. A provisão para contingências
- (A) somente pode ser constituída se a companhia apresentar lucro no exercício, caso contrário, ela não deverá ser constituída.
 - (B) deve, caso seja incorretamente calculada, ter a diferença estornada pela companhia na conta de lucros acumulados – ajuste de períodos anteriores.
 - (C) deve ser registrada pela companhia, mesmo que o valor seja difícil de calcular, pois sua mera menção nas notas explicativas das demonstrações contábeis é procedimento considerado insuficiente.
 - (D) tem por finalidade, em obediência ao princípio contábil da competência, dar cobertura a despesas cujo fato gerador já ocorreu embora não tenha havido, ainda, o correspondente desembolso.
 - (E) raramente influencia o resultado do exercício, já que o desembolso ainda não ocorreu.

**Administração Financeira e Orçamentária**

71. Em um governo municipal, um exemplo de receita de capital é aquela oriunda
- (A) de multas e juros de mora sobre tributos em atraso.
 - (B) de transferências do Fundo de Participação dos Municípios.
 - (C) do recebimento de tributos inscritos em dívida ativa.
 - (D) da arrecadação de Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza.
 - (E) de transferências para a aquisição de equipamentos hospitalares.
-
72. As despesas referentes ao cumprimento de sentenças judiciais são classificadas na função
- (A) Essencial à Justiça.
 - (B) Segurança Pública.
 - (C) Administração.
 - (D) Encargos Especiais.
 - (E) Judiciária.
-
73. A Lei nº 4.320/64 determina que a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecendo, entre outros, o princípio da universalidade. Isso significa que a lei orçamentária
- (A) compreenderá todas as receitas e todas as despesas próprias dos órgãos do governo ou da administração centralizada ou que por intermédio deles se devam realizar.
 - (B) discriminará as receitas e despesas pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções, inclusive aquelas referentes às transferências intergovernamentais.
 - (C) não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a qualquer elemento de despesa, exceções podendo ser feitas aos programas especiais de trabalho.
 - (D) não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de créditos adicionais e a contratação de operações de crédito.
 - (E) discriminará os valores de receitas e despesas para um período anual, inclusive para as despesas de capital.
-
74. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no processo de estudo e aprovação da Lei Orçamentária pelo Poder Legislativo, existe a possibilidade de o parlamentar propor emendas de despesa desde que, entre outras regras constitucionais, sejam indicados os recursos para viabilizá-las. Uma das fontes de recursos é
- (A) o superávit corrente do exercício de apresentação da proposta orçamentária.
 - (B) a anulação de despesas com material de consumo do projeto de lei orçamentária.
 - (C) o excesso de arrecadação do exercício da apresentação da proposta orçamentária.
 - (D) a anulação de despesa com pessoal e encargos sociais do projeto de lei orçamentária.
 - (E) o superávit financeiro do exercício anterior à proposta orçamentária.
-
75. Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de um governo estadual é correto afirmar que
- (A) as funções educação, saúde e assistência social integrarão o orçamento da seguridade social.
 - (B) todas as receitas e despesas das empresas de economia mista serão compreendidas pela LOA.
 - (C) a autorização para abertura de créditos adicionais especiais poderá ser incluída na LOA.
 - (D) as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária integrarão a receita prevista na LOA.
 - (E) os orçamentos das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público serão abrangidos pela LOA.
-
76. Para a aquisição de um equipamento de telefonia, a prefeitura do município WE utilizou recursos oriundos de operações de crédito consignadas na Lei Orçamentária Anual e cujo prazo de pagamento era de 10 meses. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 4.320/64 e a Lei nº 101/2000, o valor obtido com a operação de crédito deveria ser classificado como
- (A) passivo financeiro.
 - (B) despesa orçamentária.
 - (C) despesa de exercícios futuros.
 - (D) receita orçamentária.
 - (E) receita extraorçamentária.



77. A Lei de Responsabilidade Fiscal define limites máximos para as despesas com pessoal que cada ente da federação poderá realizar. Na verificação do atendimento dos limites definidos, serão computadas as despesas
- (A) de indenização por demissão de servidores ou empregados.
 - (B) relativas a incentivos à demissão voluntária.
 - (C) decorrentes de decisão judicial de competência de período anterior ao da apuração.
 - (D) com inativos custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.
 - (E) com contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores públicos.

78. Considere os dados abaixo, extraídos do Balanço Patrimonial de 31/12/X1 da Prefeitura WZ:

	R\$ (mil)
Almoxarifado.....	2.000,00
Ativo Real Líquido.....	21.800,00
Bancos Conta Movimento.....	5.940,00
Bens Imóveis.....	16.000,00
Bens Móveis.....	7.300,00
Consignações.....	1.820,00
Depósitos de Diversas Origens – Caução.....	800,00
Dívida Ativa.....	9.800,00
Dívida Fundada Externa.....	2.000,00
Dívida Fundada Interna.....	3.000,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	
Orçamentária.....	600,00
Restos a Pagar não Processados.....	2.000,00
Restos a Pagar Processados.....	4.020,00
Serviço da Dívida a Pagar.....	5.000,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o Ativo Permanente era, em milhares de reais,

- (A) 56.900,00
 - (B) 35.100,00
 - (C) 33.100,00
 - (D) 26.100,00
 - (E) 25.300,00
79. Considere os dados a seguir, extraídos do sistema contábil de um governo estadual referentes a despesas correntes do exercício financeiro de X1:

Elemento de Despesa	Despesa Liquidada (R\$ milhões)
Auxílio Financeiro a Estudantes.....	73,00
Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita.....	5,00
Juros sobre a Dívida por Contrato.....	900,00
Material de Consumo.....	4.500,00
Material de Distribuição Gratuita.....	69,00
Obrigações Patronais.....	15.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....	6.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar.....	2.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	800,00
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.....	10,00
Serviços de Consultoria.....	500,00
Subvenções Sociais.....	6.300,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	31.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar.....	7.000,00

Com base nessas informações, o valor das despesas liquidadas com o grupo Pessoal e Encargos Sociais no período foi, em milhões de reais,

- (A) 43.000,00
- (B) 44.300,00
- (C) 44.373,00
- (D) 61.000,00
- (E) 62.373,00



80. Com o intuito de verificar se o comportamento das despesas com pessoal estava em conformidade com o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o prefeito de um determinado município solicitou ao setor de contabilidade o levantamento dos dados referentes ao exercício findo em 31/12/X1, os quais estão descritos abaixo:

Descrição	Últimos 12 Meses (R\$ mil)	
	Despesa Processada (Poder Executivo)	Valores Inscritos em Restos a Pagar não Processados (Poder Executivo)
Despesa Líquida com Pessoal	5.200,00	600,00
Despesa Total com Pessoal	5.800,00	
Receita Corrente Arrecadada	11.600,00	
Receita Corrente Líquida	10.000,00	

Considerando que a Despesa Líquida com Pessoal atende às normas estabelecidas pela LRF em relação ao que deve ser considerado despesa com pessoal para efeitos dos cálculos dos limites, o Poder Executivo, em relação ao exercício findo em 31/12/X1,

- (A) deve comparar o percentual de realização de 52% de despesa com pessoal com os limites definidos pela LRF.
- (B) atende ao limite máximo de despesa com pessoal, mas está proibido de criar novos cargos, empregos e funções.
- (C) deve comparar o percentual de realização de 50% de despesa com pessoal com os limites definidos pela LRF.
- (D) atende ao limite máximo de despesa com pessoal, podendo tomar decisões que impliquem aumento do percentual de aplicação.
- (E) não atende ao limite máximo de despesa com pessoal.

Contabilidade Geral

81. Uma empresa adquiriu em 31/10/X9 um ativo financeiro no valor de R\$ 5.000,00, classificado na data de aquisição em "mantido até o vencimento". Este título remunera à taxa de 1% ao mês e o seu valor justo, um mês após a sua aquisição, era de R\$ 5.080,00. De acordo com estas informações, em 30/11/X9, a empresa deveria registrar

- (A) na Demonstração de Resultado, receita financeira de R\$ 80,00.
- (B) no Patrimônio Líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 30,00.
- (C) na Demonstração de Resultado, receita financeira de R\$ 50,00 e no Patrimônio Líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 30,00 (saldo credor).
- (D) na Demonstração de Resultado, receita financeira de R\$ 80,00 e no Patrimônio Líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 30,00 (saldo devedor).
- (E) na Demonstração de Resultado, receita financeira de R\$ 50,00.

82. Em 31/12/X1, a empresa JJD realizou uma venda no valor de R\$ 50.000,00, para ser recebida em 31/01/X3. Sabe-se que o prazo, normalmente concedido pela empresa é de 60 dias e que se a venda fosse feita à vista seu valor seria de R\$ 42.000,00 (valor presente). De acordo com a legislação vigente e sabendo que a empresa utiliza conta redutora de ativo para registrar a operação, ela deveria reconhecer no momento da venda, em reais, receita de vendas de

- (A) 50.000,00 e duplicatas a receber de 50.000,00.
- (B) 50.000,00 e despesa financeira de 8.000,00.
- (C) 42.000,00 e duplicatas a receber de 42.000,00.
- (D) 42.000,00 e duplicatas a receber de 50.000,00.
- (E) 42.000,00 e receita financeira de 8.000,00.

83. A Cia. X adquiriu, em 01/01/X1, 15% de participação na Cia. H por R\$ 90.000,00 com a compra de apenas ações ordinárias. Na data de aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. H era composto pelo Capital Social no valor de R\$ 600.000,00 constituído por 100 ações ordinárias e 100 ações preferenciais, em que o acionista controlador possuía 51% das ações com direito a voto. Durante X1, a Cia. H obteve um lucro de R\$ 80.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 40.000,00. Com base nestas informações, é correto afirmar, que a Cia X, em X1, reconheceu receita de

- (A) dividendos no valor de R\$ 6.000,00, em função de considerar a Cia. H como outros investimentos permanentes e avaliá-los pelo método de custo.
- (B) dividendos no valor de R\$ 6.000,00, em função de considerar a Cia. H coligada e avaliar o investimento pelo método de custo.
- (C) equivalência patrimonial no valor de R\$ 6.000,00 e receita de dividendos no valor de R\$ 6.000,00, em função de considerar a Cia. H como outros investimentos permanentes e avaliá-los por equivalência patrimonial.
- (D) equivalência patrimonial no valor de R\$ 12.000,00, em função de considerar a Cia. H coligada e avaliar o investimento por equivalência patrimonial.
- (E) equivalência patrimonial no valor de R\$ 6.000,00, em função de considerar a Cia. H controlada e avaliar o investimento por equivalência patrimonial.

84. Um terreno não destinado à manutenção da atividade da companhia e cuja intenção da empresa é permanecer com ele, deve ser classificado, no Balanço Patrimonial, no ativo

- (A) Investimento.
- (B) Imobilizado.
- (C) Intangível.
- (D) Diferido.
- (E) Realizável a Longo Prazo.



Instruções: Para responder às questões de números 85 e 86 considere as informações a seguir.

A Cia. Aberta apresentava seu Balancete em 31/12/X8, com os saldos, em reais, nas seguintes contas:

Fornecedores	75.000,00
Títulos disponíveis para a venda	87.000,00
Empréstimos e financiamentos de longo prazo obtidos.....	140.000,00
Fretes sobre Vendas	6.000,00
Disponível.....	75.000,00
Clientes.....	120.000,00
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.000,00
Seguros Pagos Antecipadamente	20.000,00
Adiantamento de Clientes.....	30.000,00
Despesas Financeiras	18.500,00
Despesas de Comissões sobre vendas.....	6.500,00
Receitas Financeiras	9.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	150.000,00
Despesas de Salários.....	15.000,00
Reserva Legal	30.000,00
Dividendos a pagar.....	15.000,00
Abatimento sobre Vendas	2.000,00
Estoques de Mercadorias.....	190.000,00
Receita de Vendas	380.000,00
Capital Social.....	220.000,00
Ações em Tesouraria.....	5.000,00
Devolução de Vendas.....	4.500,00
Empréstimos de Curto Prazo Obtidos	70.000,00
Terrenos	130.000,00
Despesas de Depreciação de Imóveis	4.000,00
Imóveis	80.000,00
Depreciação Acumulada de Imóveis	14.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial (devedora).....	75.500,00

85. O total do ativo da Cia. Aberta, em 31/12/X8, era, em reais,

- (A) 727.500,00
- (B) 712.000,00
- (C) 710.000,00
- (D) 696.000,00
- (E) 682.000,00

86. O patrimônio líquido da Cia. Aberta, em 31/12/X8, era, em reais,

- (A) 169.500,00
- (B) 254.500,00
- (C) 352.000,00
- (D) 367.000,00
- (E) 422.500,00

87. A Cia. Segura apresentava, em 31/12/X7, um Patrimônio Líquido composto por: Capital Social: 100.000,00; Reserva Legal: 18.000,00; Reserva para Contingência: 20.000,00 e Reserva de Incentivos Fiscais: 10.000,00. Sabendo que, em X8, a Cia. Segura apurou um lucro de 50.000,00, que a Reserva Legal é constituída nos termos da Lei, que as razões que justificavam a constituição da Reserva de Contingência já não existem mais e que o Estatuto da Cia. é omissivo em relação ao pagamento de dividendos, a quantia que a Cia. Segura reteve na forma de Reserva Legal e que teria que distribuir como dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com a regulamentação vigente, foram, respectivamente, em reais, de

- (A) 2.000,00 e 34.000,00
- (B) 2.000,00 e 24.000,00
- (C) 2.500,00 e 33.750,00
- (D) 2.500,00 e 23.750,00
- (E) 2.500,00 e 11.750,00



88. Uma dívida, em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, deve ser apresentada no Balanço Patrimonial, convertida em moeda nacional à taxa de câmbio
- (A) do dia da obtenção da dívida.
 - (B) do dia da obtenção da dívida mais atualização monetária.
 - (C) determinada previamente pela empresa.
 - (D) média.
 - (E) da data do Balanço Patrimonial.
-
89. A Cia. Comercial apresenta em seu Balancete as seguintes contas de resultado, em reais: receita bruta: R\$ 50.000,00; devolução de vendas: 5.000,00; abatimento sobre vendas: 1.000,00; frete sobre vendas: 2.000,00; custo das mercadorias vendidas: 15.000,00; comissões sobre vendas: 3.000,00; impostos sobre vendas: 10.000,00. Com base nessas informações, o lucro bruto da Cia. Comercial é, em reais,
- (A) 25.000,00
 - (B) 20.000,00
 - (C) 19.000,00
 - (D) 17.000,00
 - (E) 14.000,00
-
90. De acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações, considera-se valor justo dos investimentos o valor
- (A) projetado.
 - (B) líquido de alienação.
 - (C) presente líquido dos fluxos de caixa futuros.
 - (D) de aquisição.
 - (E) de reposição.
-

Contabilidade Pública

91. Considera-se como pertencente ao exercício financeiro a despesa nele legalmente
- (A) lançada.
 - (B) empenhada e liquidada.
 - (C) empenhada, liquidada e paga.
 - (D) empenhada.
 - (E) fixada.
-
92. Em relação às receitas orçamentárias, considere:
- I. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.
 - II. As previsões de receita serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos cinco anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
 - III. O montante arrecadado de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital desde que haja autorização em créditos especiais aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.
 - IV. A aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente é proibida, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) IV.
 - (C) I.
 - (D) I e II.
 - (E) I e IV.
-



93. Os lançamentos contábeis, a seguir, são referentes a um mesmo evento:
- D – Empenho a liquidar
 - C – Empenho liquidado

 - D – Despesa Orçamentária
 - C – Despesa Liquidada a Pagar

 - D – Material Permanente
 - C – Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária/Mutações Ativas/Aquisição de Material Permanente
- Observando-os, é correto afirmar que se trata do registro
- (A) do empenho de uma despesa corrente nos sistemas financeiro e patrimonial, apenas.
 - (B) da liquidação de uma despesa de capital nos sistemas financeiro e patrimonial, apenas.
 - (C) da liquidação de uma despesa corrente nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.
 - (D) da liquidação de uma despesa de capital nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.
 - (E) do empenho de uma despesa de capital nos sistemas financeiro e patrimonial.
-
94. O registro referente ao cancelamento de dívida fundada gera uma redução no passivo
- (A) permanente e aumento na situação patrimonial líquida.
 - (B) permanente e aumento do passivo financeiro.
 - (C) financeiro e redução do ativo financeiro.
 - (D) permanente e aumento do ativo financeiro.
 - (E) financeiro e redução do ativo permanente.
-
95. Em 30/11/X1, um determinado governo estadual reconheceu o aumento da taxa cambial referente à sua dívida fundada externa e, em 15/12/X1, ele pagou 2% do montante devido. Os dois eventos geram efeitos no patrimônio público e são classificados, respectivamente, como
- (A) insubsistência passiva e mutação passiva.
 - (B) superveniência passiva e mutação ativa.
 - (C) insubsistência ativa e insubsistência passiva.
 - (D) superveniência ativa e mutação passiva.
 - (E) superveniência passiva e mutação passiva.
-
96. Um evento resultante da execução orçamentária e que não altera a situação patrimonial líquida é
- (A) a inscrição de dívida ativa.
 - (B) a variação monetária de empréstimos concedidos.
 - (C) a reavaliação de bens móveis.
 - (D) o pagamento de juros sobre operações de crédito.
 - (E) o recebimento de dívida ativa.
-
97. No Plano de Contas utilizado pelo SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), as contas do Ativo são divididas em
- (A) três grupos: ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente.
 - (B) três grupos: ativo circulante, exigível a longo prazo e permanente.
 - (C) quatro grupos: ativo circulante, realizável a longo prazo, permanente e compensado.
 - (D) dois grupos: ativo financeiro e permanente.
 - (E) três grupos: ativo financeiro, realizável a longo prazo e permanente.



98. Todas as contas e respectivos valores do Balanço Financeiro referentes ao exercício de X1 da Prefeitura Modelo estão apresentados abaixo, em milhares de reais, com exceção do valor do Saldo do Exercício Anterior.

Saldo para o Exercício Seguinte	2.100,00
Saldo do Exercício Anterior	?
Restos a pagar (pagamento no exercício).....	2.800,00
Restos a pagar (contrapartida da despesa a pagar)	2.000,00
Receitas de Capital	5.000,00
Receitas Correntes.....	10.500,00
Despesas Correntes.....	8.600,00
Despesas de Capital	5.100,00
Depósitos Cauções (valores recebidos no exercício).....	500,00
Consignações (valores retidos da folha de pagamento do exercício)	600,00
Consignações (recolhimentos no exercício).....	800,00
Entidades vinculadas (empréstimos concedidos).....	500,00

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o valor do Saldo do Exercício Anterior era, em milhares de reais,

- (A) 2.500,00
- (B) 1.900,00
- (C) 1.300,00
- (D) 1.200,00
- (E) 800,00

Instruções: Para responder às questões de números 99 e 100, considere os fatos relacionados a seguir:

- Lançamento da previsão da receita e da fixação da despesa referente à aprovação do orçamento de um entidade pública com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 900.000,00.
- Abertura de créditos especiais, com base no *superávit* financeiro do período anterior, no valor de R\$ 30.000,00.
- Arrecadação de tributos no valor de R\$ 775.000,00.
- Recebimento de créditos tributários inscritos em dívida ativa no valor de R\$ 25.000,00.
- Operações de Crédito para compra de bens móveis no valor de R\$ 110.000,00.
- Venda de um terreno pelo valor de custo registrado contabilmente por R\$ 40.000,00.
- Recebimentos referentes à prestação de serviços realizada por entidade da administração indireta, no valor de R\$ 60.000,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesas com: pessoal R\$ 400.000,00; aquisição de móveis R\$ 415.000,00; aquisição de material de consumo R\$ 30.000,00; amortização da dívida fundada R\$ 50.000,00.
- Empenho e liquidação de despesas com juros e encargos da dívida fundada no valor de R\$ 20.000,00.
- Recebimento de cauções no valor de R\$ 30.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 400.000,00.
- Baixa de bem móvel destruído por sinistro no valor de R\$ 100.000,00.
- Inscrição de Tributos em Dívida Ativa no valor de R\$ 27.000,00.
- Variação Cambial da Dívida Fundada Externa no valor de R\$ 15.000,00 (aumento).

99. O resultado de execução orçamentária foi, em reais,

- (A) deficitário em 30.000,00
- (B) superavitário em 70.000,00
- (C) superavitário em 95.000,00
- (D) superavitário em 105.000,00
- (E) superavitário em 137.000,00

100. O aumento efetivo da Situação Patrimonial Líquida provocado pelas Receitas Orçamentárias foi, em reais,

- (A) 1.010.000,00
- (B) 970.000,00
- (C) 865.000,00
- (D) 860.000,00
- (E) 835.000,00